

PROJETO DE LEI Nº 882/DE 2011

SÚMULA: Institui a Política Estadual de Valorização do Artesanato e dá outras providências.

Art. 1º Esta lei estabelece a Política Estadual de Valorização do Artesanato, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento sustentável, fortalecer as tradições culturais e locais, incentivar o processo artesanal e a manutenção da geração de trabalho e renda no Estado.

Art. 2º Para fins desta lei, considera-se:

I - Artesão: aquele que detém o conhecimento do processo produtivo, sendo capaz de transformar a matéria-prima, criando ou produzindo obras que tenham uma dimensão cultural, exercendo atividade predominante manual, principalmente na fase de formação do produto, podendo contar com o auxílio de equipamentos, desde que não sejam automáticos ou duplicadores de peças.

II - Artesanato: o objeto ou conjunto de objetos utilitários e decorativos para o cotidiano do homem, produzidos de maneira independente, usando-se matéria-prima em seu estado natural ou processados industrialmente, em cuja produção a destreza manual do homem seja imprescindível e fundamental para imprimir ao objeto características próprias, que reflitam a personalidade e a técnica do artesão, e que sejam comercializados por meio de entidade incentivadora da atividade ou encaminhados diretamente ao consumidor final, sem intermediários.

§1º - Não será considerado artesão:

I - aquele que trabalhar de forma industrial, com predomínio de máquinas, utilizar trabalho assalariado ou de produção em série industrial.

II - aquele que realizar somente uma parte do processo da produção artesanal, sem conhecimento técnico ou participação do restante, até seu acabamento final.



§2º - Não será considerado artesanato o objeto que seja:

- I - resultado de simples montagem com matéria industrializada ou produzida por outras pessoas;
- II - produto alimentício;
- III - produto oriundo da pesca, mesmo da chamada pesca artesanal;
- IV - produto de lapidação de pedras preciosas e semipreciosas e da ourivesaria;
- V - a reprodução em papel, madeira, tecido e outras matérias-primas de produtos industrializados, bem como a mera reprodução de desenhos de terceiros ou protegidos por direitos autorais;
- VI - a pintura enquanto matéria-prima, exceto quando for técnica principal e enquadrar-se no inciso II do "caput".

Art. 3º - São diretrizes da Política Estadual de Valorização do Artesanato:

- I - valorização da identidade e cultura paranaense, por meio da expansão e renovação da técnica do artesanato e do incentivo das entidades de apoio;
- II - integração da atividade artesanal com outros setores e programas de desenvolvimento sustentável;
- III - qualificação permanente dos artesãos e estímulo ao aperfeiçoamento dos métodos e processos de produção;
- IV - definição dos requisitos para que os artesãos possam se beneficiar das políticas e incentivos públicos ao setor;
- V - identificação dos artesãos e das atividades artesanais, conferindo-lhes maior visibilidade e valorização social;
- VI - certificação da qualidade do artesanato, com valorização dos produtos e das técnicas artesanais.

Art. 4º - O artesanato paranaense, desde que atendidos os critérios definidos no art. 2º desta lei, será assim classificado para fins de certificação:



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Anibelli Neto*



I - Artesanato indígena: entendido como o resultado do trabalho de uma comunidade indígena, onde se identifica o valor de uso e a relação social da correspondente comunidade.

II - Artesanato tradicional: entendido como a manifestação popular que conserva determinados costumes e a cultura de um determinado povo ou região.

III - Artesanato típico regional ético: entendido como manifestação popular específica, identificada pela relação e manutenção dos costumes e cultura, resultado da ocupação, povoação e colonização do Estado.

IV - Artesanato contemporâneo: identificado pela habilidade manual que incorpore elementos de diversas culturas urbanas ou apela inovação tecnológica pelo uso de novos materiais.

**Art. 5º** - Para fins dessa lei, a atividade do artesão deverá ser registrada junto ao órgão do Estado responsável pelo seu controle, inclusive quanto à matéria-prima utilizada.

**Art. 6º** - Todos os artesãos terão carteira de identificação e registro, com validade de 12 (doze) meses, renovável ao final do período.

**Art. 7º** - Para obter o registro, o artesão deverá demonstrar conhecimento e domínio prático da atividade artesanal.

**Parágrafo único** A avaliação para a concessão de registro ao artesão deverá ser objetiva e orientada pelos seguintes critérios:

I - conhecimento da matéria-prima e da sua aplicação no artesanato;

II - capacitação e domínio técnico completo;

III - estética e acabamento da peça.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Anibelli Neto*



**Art. 9º** - O interessado deverá, em todos os casos, demonstrar que realiza o trabalho de elaboração da peça do princípio ao fim, apresentando amostras do artesanato.

**Parágrafo único** - O artesanato que alcançar padrões de qualidade e "design" especificados em regulamento será certificado por selo de qualidade que lhe ateste tais padrões.

**Art. 10** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 01 de novembro de 2011.



**ANTONIO ANIBELLI NETO**  
Deputado Estadual



**JUSTIFICATIVA**

Este projeto tem como objetivo instituir a Política Estadual de Valorização ao Artesanato no Estado, como forma de expressão cultural e como atividade econômica.

O fomento e a valorização do artesanato e seu produtor é fundamental para a construção de uma política pública voltada à manutenção da identidade histórica e das tradições culturais, regionais e típicas da sociedade e um importante meio para a geração de trabalho e renda.

O artesão paranaense obterá espaço na formalidade, mediante teste onde seja comprovado o seu conhecimento na técnica para processar determinada matéria-prima. Esse teste poderá ser avaliado por uma comissão representativa de vários órgãos estatais ligados ao artesanato (Comissão do Trabalho, Turismo, Cultura, representação dos artesãos, entre outras). Se aprovado no referido teste, o artesão torna-se cadastrado, recebendo uma carteira de identificação, que comprova a qualidade de seus produtos.

O projeto pretende, por meio de instrumento legal, consolidar o conceito e a classificação que envolve o artesanato, visando valorizá-lo e protegê-lo de eventuais critérios subjetivos, evitando que a atividade seja desvirtuada pela cópia de objetos, prejudicando o valor intrínseco da habilidade manual inerente aos produtos artesanais.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto, como forma de incentivo aos artesãos paranaenses.

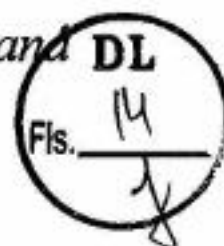
Sala das Sessões, 01 de novembro de 2011.

**ANTONIO ANIBELLI NETO**  
Deputado Estadual





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 882/11**

Projeto de Lei nº 882/11

Autora: Deputado Estadual Antonio Anibelli Neto

**Súmula:** Institui a Política Estadual de Valorização do Artesanato e dá outras providências.

**EMENTA:** INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE VALORIZAÇÃO DO ARTESANATO. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS. 24, X E 215, CAPUT, INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65 e 190 da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Antonio Anibelli Neto, objetiva instituir a Política Estadual de Valorização do Artesanato no Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 – A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislarem concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX – educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

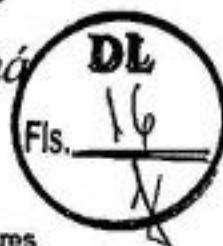
Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas<sup>1</sup>.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)  
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça,

<sup>1</sup> DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Desta forma, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

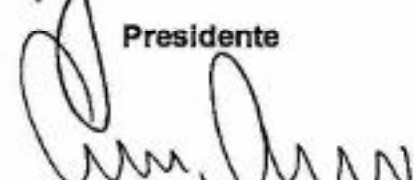
**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 09 de maio de 2012.

  
Deputado NELSON JUSTUS

Presidente

  
Deputado ALEXANDRE CURI

Relator



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Gabinete do Deputado Péricles de Mello*



**COMISSÃO DE CULTURA**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 882/2011**

**SÚMULA:** *Institui a Política Estadual de Valorização do Artesanato e dá Outras Providências.*

**I – SÍNTESE**

Trata-se de Projeto de Lei apresentado pelo Deputado Antonio Anibelli Neto, instituindo a política de valorização do artesanato no Estado do Paraná.

A Comissão de Constituição e Justiça, seguindo parecer emitido pelo seu Relator, Deputado Alexandre Curi, aprovou o presente Projeto de Lei, motivo pelo qual ocorreu o seu envio a esta Comissão de Cultura, para análise da questão.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

Pois bem, segundo estabelece o art. 33-R do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, cabe à Comissão de Cultura a análise de proposições que versem sobre desenvolvimento cultural, arqueológico, artístico e ao patrimônio histórico.

Portanto, a competência desta Comissão para a análise do projeto é evidente, na medida em que o mesmo versa sobre políticas de



# **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Gabinete do Deputado Péricles de Mello*



valorização do artesanato, algo inerente às questões artísticas e por consequência culturais. Por isso, considerando que o Projeto não contém qualquer vício de competência e iniciativa, merece ser aprovado.



Isso porque no que diz respeito aos aspectos culturais, a instituição políticas que visem valorizar o artesanato desenvolvido no Estado do Paraná, poderá em muito auxiliar aqueles que se dedicam a tão nobre arte.

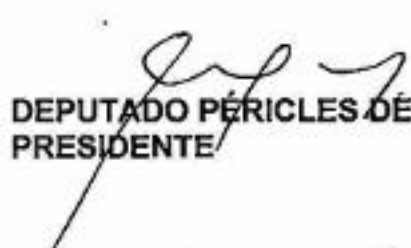
Salienta-se, por oportuno, que se bem aplicado o presente diploma legal, poderá alavancar o mercado de artesanato no Estado do Paraná, porquanto incentivará que os artesãos aperfeiçoem o seu trabalho. Por isso, o presente projeto poderá auxiliar bastante na concretização de um mercado consumidor ativo para os artesãos, garantindo a qualidade dos produtos e confiabilidade em sua procedência.

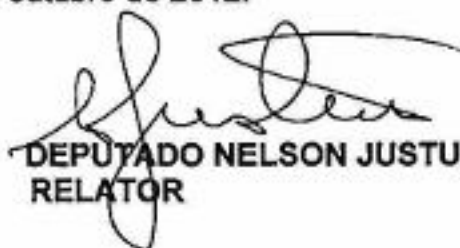
Portanto, para além de adequado constitucionalmente, cabe destacar que o Projeto colabora com a materialização do final do dispositivo contido no art. 215<sup>1</sup> da Constituição Federal, que estabelece como dever do Estado o apoio e o incentivo das diversas manifestações culturais.

## **III – CONCLUSÃO**

Pelo exposto, opina-se pela aprovação deste Projeto de Lei, ante a ausência de vícios e o atendimento de todos os preceitos constitucionais e legais afetos à matéria.

Sala das Comissões, 08 de outubro de 2012.

  
**DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**RELATOR**

<sup>1</sup> Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.



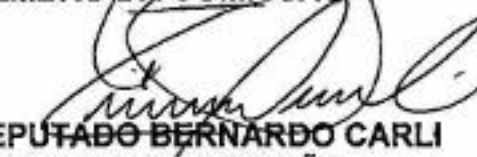
**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

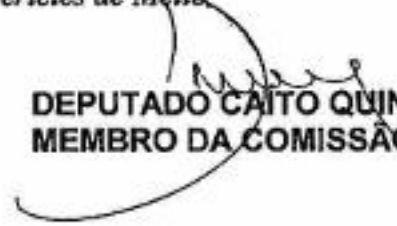
*Centro Legislativo Presidente Anibal Khury*

*Gabinete do Deputado Péricles de Mello*

  
**DEPUTADO RASCA RODRIGUES**  
**MEMBRO DA COMISSÃO**

  
**DEPUTADA MARLA TURECK**  
**MEMBRO DA COMISSÃO**

  
**DEPUTADO BERNARDO CARLI**  
**MEMBRO DA COMISSÃO**

  
**DEPUTADO CAIO QUINTANA**  
**MEMBRO DA COMISSÃO**

**DEPUTADO TERUO KATO**  
**MEMBRO DA COMISSÃO**





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Turismo*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 882/2011**

Projeto de Lei nº. 882/2011

Autor: Deputado Anibelli Neto

Súmula: Instituir a Política Estadual de Valorização do Artesanato e das outras providências.

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Anibelli Neto, tem por objetivo instituir a Política Estadual de Valorização do Artesanato, visando contribuir para o desenvolvimento sustentável da atividade, fortalecer as tradições culturais locais, incentivar o processo artesanal e a manutenção da geração de trabalho e renda no Estado.

Conceitua e estabelece condições para a caracterização da atividade de artesanato ou de artesão, além de estabelecer diretrizes a serem seguidas pela referida Política, definir as classificações para fins de certificação e registro, o período de validade da carteira de identificação e registro e condições para expedição da carteira que certifica a condição de artesão.

O Projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 09/05/2012, tendo como relator o Deputado Alexandre Curi, e da Comissão de Cultura no dia 08/10/2012, tendo como relator o Deputado Nelson Justus, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-N do Regimento Interno desta Casa.

O autor do Projeto, Deputado Anibelli Neto, apresentou uma emenda nesta Comissão, com o objetivo de incluir uma nova modalidade entre as listadas na proposição, além da alteração do período de validade da carteira de identificação de 12 meses para 04 anos, considerando a demora necessária para expedição do documento e impossibilidade de renovação em tal período.

As modificações são decorrentes de uma solicitação feita pela Presidente da ANAV - Associação dos Núcleos Artesanais de Vizinhança e membra da CNARTS - Confederação Nacional dos Artesões do Brasil, visando adequar o projeto a especificações técnicas do ramo.

No que se refere ao objeto da análise desta Comissão, não encontramos qualquer óbice que possa impedir o normal prosseguimento do





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
**Comissão de Turismo**



presente projeto nesta Casa, pois é uma importante medida para fomentar a prática do artesanato em nosso Estado, fato que culmina num incentivo econômico, turístico e cultural, resgatando as tradições que foram trazidas de varias regiões e culminaram num estilo peculiar do artesanato paranaense.

A matéria em questão possui relação direta com o Turismo, pois o artesanato é intimamente ligado aos costumes culturais da região, usando materiais dela oriundos e técnicas que são repassadas de geração em geração, carregando o produto final de um significado muito maior que o simples objeto fabricado. Um Estado que possui uma ampla variedade de produtos artesanais tem a possibilidade de mostrar para os turistas de outras regiões um pouco da história e da cultura paranaense.

Ainda, quanto à emenda apresentada pelo autor, constatamos que é uma alteração necessária para adequar o texto da Lei à realidade da pratica do artesanato no Estado,

Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade da tramitação do Projeto, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** apresentada pelo seu autor nesta Comissão, razão pela qual somos pela sua **APROVAÇÃO**.

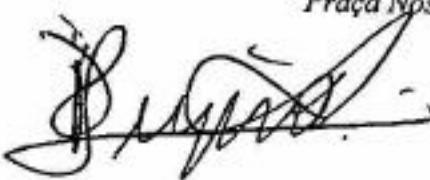
Sala das Comissões, 07 de dezembro de 2012.

  
**DEPUTADO ADEMIR BITER**

Presidente (em exercício)

  
**DEPUTADO PROFESSOR LEMOS**

Relator

  
Praça Nossa Senhora da Saete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Anibelli Neto*



**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 882/2011**

**SÚMULA:** Institui a Política Estadual de Valorização do Artesanato e dá outras providências.

Com fulcro no que autoriza os artigos 137, §2º, 139 parágrafo único e 141, II do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Substitutiva Geral ao Projeto de Lei nº 882/2011, adicionando um inciso ao seu art. 4º e alterando o caput do seu artigo 6º, passando o projeto a contar com a seguinte redação:

**Art. 1º** Esta lei estabelece a Política Estadual de Valorização do Artesanato, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento sustentável, fortalecer as tradições culturais e locais, incentivar o processo artesanal e a manutenção da geração de trabalho e renda no Estado.

**Art. 2º** Para fins desta lei, considera-se:

I - Artesão: aquele que detém o conhecimento do processo produtivo, sendo capaz de transformar a matéria-prima, criando ou produzindo obras que tenham uma dimensão cultural, exercendo atividade predominante manual, principalmente na fase de formação do produto, podendo contar com o auxílio de equipamentos, desde que não sejam automáticos ou duplicadores de peças.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Anibelli Neto*



II - Artesanato: o objeto ou conjunto de objetos utilitários e decorativos para o cotidiano do homem, produzidos de maneira independente, usando-se matéria-prima em seu estado natural ou processados industrialmente, em cuja produção a destreza manual do homem seja imprescindível e fundamental para imprimir ao objeto características próprias, que reflitam a personalidade e a técnica do artesão, e que sejam comercializados por meio de entidade incentivadora da atividade ou encaminhados diretamente ao consumidor final, sem intermediários.

§1º - Não será considerado artesão:

I - aquele que trabalhar de forma industrial, com predomínio de máquinas, utilizar trabalho assalariado ou de produção em série industrial.

II - aquele que realizar somente uma parte do processo da produção artesanal, sem conhecimento técnico ou participação do restante, até seu acabamento final.

§2º - Não será considerado artesanato o objeto que seja:

I - resultado de simples montagem com matéria industrializada ou produzida por outras pessoas;

II - produto alimentício;

III - produto oriundo da pesca, mesmo da chamada pesca artesanal;

IV - produto de lapidação de pedras preciosas e semipreciosas e da ourivesaria;

V - a reprodução em papel, madeira, tecido e outras matérias-primas de produtos industrializados, bem como a mera reprodução de desenhos de terceiros ou protegidos por direitos autorais;



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Anibelli Neto*



VI - a pintura enquanto matéria-prima, exceto quando for técnica principal e enquadrar-se no inciso II do "caput".

**Art. 3º** - São diretrizes da Política Estadual de Valorização do Artesanato:

I - valorização da identidade e cultura paranaense, por meio da expansão e renovação da técnica do artesanato e do incentivo das entidades de apoio;

II - integração da atividade artesanal com outros setores e programas de desenvolvimento sustentável;

III - qualificação permanente dos artesãos e estímulo ao aperfeiçoamento dos métodos e processos de produção;

IV - definição dos requisitos para que os artesãos possam se beneficiar das políticas e incentivos públicos ao setor;

V - identificação dos artesãos e das atividades artesanais, conferindo-lhes maior visibilidade e valorização social;

VI - certificação da qualidade do artesanato, com valorização dos produtos e das técnicas artesanais.

**Art. 4º** - O artesanato paranaense, desde que atendidos os critérios definidos no art. 2º desta lei, será assim classificado para fins de certificação:

I - Artesanato indígena: entendido como o resultado do trabalho de uma comunidade indígena, onde se identifica o valor de uso e a relação social da correspondente comunidade.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Anibelli Neto*



II - Artesanato tradicional: entendido como a manifestação popular que conserva determinados costumes e a cultura de um determinado povo ou região.

III - Artesanato típico regional ético: entendido como manifestação popular específica, identificada pela relação e manutenção dos costumes e cultura, resultado da ocupação, povoação e colonização do Estado.

IV - Artesanato contemporâneo: identificado pela habilidade manual que incorpore elementos de diversas culturas urbanas ou apela inovação tecnológica pelo uso de novos materiais.

**V - Artesanato manual: modalidade que exigem destreza e habilidades com padrões pré-definidos em que a matéria prima não passa por transformação e a produção é sistemática.**

**Art. 5º** - Para fins dessa lei, a atividade do artesão deverá ser registrada junto ao órgão do Estado responsável pelo seu controle, inclusive quanto à matéria-prima utilizada.

**Art. 6º** - Todos os artesãos terão carteira de identificação e registro, com validade de 04 (quatro) anos, renovável ao final do período.

**Art. 7º** - Para obter o registro, o artesão deverá demonstrar conhecimento e domínio prático da atividade artesanal.

**Parágrafo único** A avaliação para a concessão de registro ao artesão deverá ser objetiva e orientada pelos seguintes critérios:

I - conhecimento da matéria-prima e da sua aplicação no artesanato;





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Anibelli Neto*



II - capacitação e domínio técnico completo;


III - estética e acabamento da peça.

**Art. 9º** - O interessado deverá, em todos os casos, demonstrar que realiza o trabalho de elaboração da peça do princípio ao fim, apresentando amostras do artesanato.

**Parágrafo único** - O artesanato que alcançar padrões de qualidade e "design" especificados em regulamento será certificado por selo de qualidade que lhe ateste tais padrões.

**Art. 10** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 07 de dezembro de 2012.

  
**ANIBELLI NETO**  
Deputado Estadual




*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Anibelli Neto*



JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei 882/2011 tem como objetivo instituir a Política Estadual de Valorização ao Artesanato no Estado, como forma de expressão cultural e como atividade econômica, pois o fomento e a valorização do artesanato e seu produtor é fundamental para a construção de uma política pública voltada à manutenção da identidade histórica e das tradições culturais, regionais e típicas da sociedade e um importante meio para a geração de trabalho e renda.

Após a apresentação do presente Projeto, fomos procurados pela Sra. Deonilda Machado, Presidente da ANAV – Associação dos Núcleos Artesanais de Vizinhaça e membra da CNARTS - Confederação Nacional dos Artesões do Brasil, que solicitou a alteração de alguns pontos no projeto, visando uma melhor adequação com a realidade do artesanato paranaense.

As alterações solicitadas são justamente o objeto desta emenda, qual seja a inclusão de mais uma modalidade de artesanato praticada em nosso estado, até então não constante no hall do artigo 4º, além da alteração do período de validade da carteira de identificação e registro do artesão de 12 meses para 04 anos, considerando que a expedição de tal documento requer a organização de um certo procedimento, que demanda a disponibilização de um efetivo de pessoas e culmina em um tempo necessário até o término de sua confecção. A renovação do documento a cada 12 meses seria de difícil aplicação, pela necessidade de respeitar todo esse procedimento.

Desta forma, acatamos as sugestões da especialista no assunto e apresentamos a presente emenda, contando com o apoio dos Nobres Pares para a sua aprovação.

*Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Gabinete do Deputado Elton Welter



**PARECER À EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL APOSTA AO  
PROJETO DE LEI Nº 882/11**

**AUTOR DA EMENDA: COMISSÃO DE TURISMO**

**Súmula:** Institui a Política Estadual de valorização do artesanato e dá outras providências.

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei em análise, de autoria do deputado Antônio Anibelli Neto, visa instituir a política Estadual de valorização do artesanato e dá outras providências.

Referido Projeto de Lei recebeu Emenda Substitutiva Geral da Comissão de Turismo de forma que submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



## Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Elton Welter



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento.

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Elton Welter




§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Desta forma, verifica-se que as emendas ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.


## CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Substitutiva Geral da Comissão de Turismo.

Sala das Comissões, 26 de março de 2013.

  
DEPUTADO NELSON JUSTOS  
Presidente

  
DEPUTADO ELTON WELTER  
Relator

  
**APROVADO**  
12609.13 Indeu





DEP. NELSON LUERSEN

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Gabinete Deputado Nelson Luersen



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 04 JUN. 2012

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº

249/L2

**Súmula:** Dispõe sobre a permanência de ambulância nos locais de realização de provas para vestibulares, seleções, concursos públicos ou privados e demais eventos similares, no âmbito do Estado do Paraná e dá outras providências.

**Art. 1º.** As entidades responsáveis pela organização e/ou realização de vestibulares, seleções, concursos, shows e demais eventos similares que aglutinem no mesmo local 2.000 (mil) ou mais pessoas, deverão manter no local de realização do evento, às suas expensas, equipe de paramédicos e ambulância para atendimento de primeiros socorros.

**Art. 2º.** Os profissionais da equipe paramédica deverão estar habilitados e inscritos nos órgãos profissionais competentes, na forma da legislação vigente.

**Art. 3º.** Os veículos utilizados na atividade prevista por esta lei, além de dispor de sinais identificadores, deverão contar com equipamentos médicos necessários para a manutenção da vida e atender as condições mínimas destinadas ao transporte inter-hospitalar e ao atendimento pré-hospitalar, além do atendimento e transporte de deficientes físicos.

**Art. 4º.** A disponibilidade da ambulância é a mesma que o período de realização do evento, devendo a sua permanência anteceder a uma hora antes da abertura dos portões, no dia das provas e trinta minutos após o encerramento do evento, posicionando-se em local estratégico, com facilidade de acesso e locomoção.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Gabinete Deputado Nelson Luersen



**Art. 5º.** O descumprimento dos dispositivos desta lei acarretará ao infrator a imposição de multa no valor de 30 (trinta) UPF/PR Unidade de Padrão Fiscal do Paraná.

**Art. 6º.** Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias, contado a partir da data de sua publicação oficial.

**Art. 7º.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 21 de Maio de 2012



NELSON LUERSEN  
DEPUTADO ESTADUAL



## JUSTIFICATIVA

Esse projeto objetiva atender milhares de pessoas que prestam concursos e participam de eventos e que muitas vezes precisam de um atendimento médico de urgência devido a problemas de saúde ou estresse emocional e físico, quando se deparam com as provas (antes, durante ou mesmo depois delas).

Igualmente, visa tal medida socorrer, também, as demais pessoas que participam da organização dos eventos, que de repente, venham a necessitar do uso de emergências médicas.

Nos grandes parques, assim com nos estádios de futebol, ginásios poliesportivos, e também lugares de reunião com grande número de pessoas, as disposições vigentes já prevêem equipamentos e ambulância voltados ao atendimento de emergência no local.

Temos no Estado do Paraná vários eventos, principalmente nos finais de semana, e na maioria deles é cobrada uma taxa de inscrição ou entrada para participação destes, e muitas vezes com elevados valores, os quais, com certeza, poderiam servir para custear a implantação da medida aqui proposta.

Outrossim, ressaltamos que muitas vezes estes eventos e concursos começam cedo e terminam tarde fazendo com que muitos dos participantes não se alimentem adequadamente, levando-os a se sentirem mal e necessitarem de emergências médicas.

Por se tratar de matéria de interesse público e de relevância para a saúde social, é que espero poder contar com o apoio dos meus nobres Pares desta Augusta Casa de Leis para a aprovação da presente Proposição.



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 249/2012**



**Autor: Deputado Nelson Luersen**

**Súmula:** Dispõe sobre a permanência de ambulância nos locais de realização de provas para vestibulares, seleções, concursos públicos ou privados e demais eventos similares, no âmbito do Estado do Paraná e dá outras providências.

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Luersen, objetiva determinar a permanência de ambulância nos locais de realização de provas vestibulares, seleções, concursos públicos ou privados e demais eventos similares, justificando o atendimento a milhares de pessoas que participam desses eventos e que muitas vezes necessitam de atendimento médico de urgência, devido a problemas de saúde.

De acordo com o artigo 65 da Constituição Estadual, a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao presidente do tribunal de Justiça, ao procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos. O que é corroborado pelo artigo 1254 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

DL

13.08

9

Ressalte-se que o artigos 6º da Constituição Federal já assegura que *"São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição."*

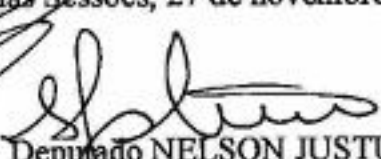
Da mesma forma, o artigo 196 da Carta Magna diz: *A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação."*


Observa-se, portanto, que o projeto ora analisado está correto quanto a sua iniciativa, bem como quanto à técnica legislativa, nos termos da Lei Complementar nº 95/98.

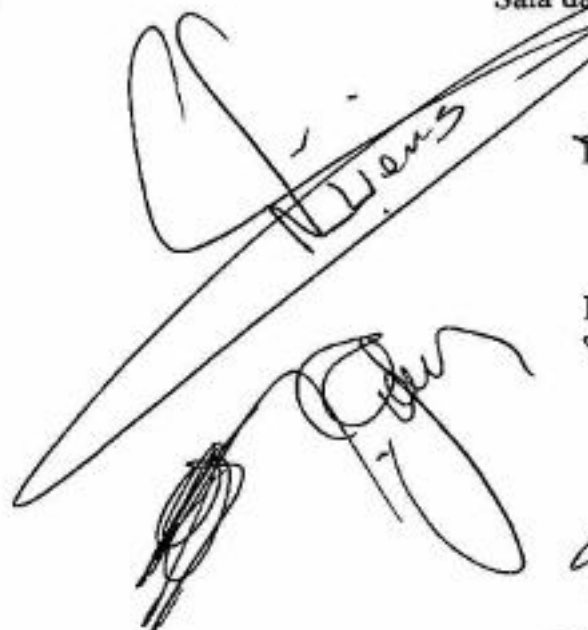


Entretanto, há que se questionar aqui o artigo 3º do mencionado Projeto de Lei, eis que a maioria dos municípios não possui veículos ambulância equipados para o atendimento previsto e não tem condições financeiras para equipá-los., razão pela qual sugerimos seja o mesmo excluído do corpo do projeto, renumerando-se os demais artigos.

Ante o exposto, nosso Parecer é favorável à aprovação do Projeto de Lei n 249/2012, com as correções sugeridas.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2012.

  
Deputado NELSON JUSTUS  
Presidente

  
Deputado CAIO QUINTANA  
Relator

  
  
  
APROVADO

20.11.12





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



**EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 249/2012**

De acordo com o que determina o artigo 137, § 1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, supprime-se o art. 3º do Projeto de Lei nº 249/12.






Sala das Comissões, 20 de novembro de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

**PRÉSIDENTE**

  
**DEPUTADO CAITO QUINTANA**

**RELATOR**

  
  
  
  
  
**APROVADO**



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA



### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 249/12

O Projeto de Lei nº 249/12, em análise, de autoria do Deputado Nelson Luersen, dispõe sobre a permanência de ambulância nos locais de realização de provas para vestibulares, seleções, concursos públicos ou privados e demais eventos similares, no âmbito do Estado do Paraná e dá outras providências.

A Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer favorável à Proposição, apresentando na oportunidade Emenda Supressiva.

Esta Comissão chamada a exarar parecer com base no Art. 33-I, do Regimento Interno desta Casa, avalia que o Projeto em exame visa assegurar atendimento médico em caso de necessidade ou urgência a pessoas presentes em eventos com um elevado número de participantes.

Entendendo tratar-se de iniciativa de relevante interesse público, manifestamos parecer FAVORÁVEL ao Projeto de Lei em exame, na forma da emenda formulada pela CCJ, opinando pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

Deputado **TONINHO WANDSCHEER**  
Relator

Deputado **DR. BATISTA**  
Presidente



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Educação*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 249/2012**

Projeto de Lei nº. 249/2012

Autoria: Dep. Nelson Luersen

Súmula: Dispõe sobre a permanência de ambulância nos locais de realização de provas para vestibulares, seleções, concursos públicos ou privados e demais eventos similares, no âmbito do Estado do Paraná e dá outras providências.

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Nelson Luersen, tem por objetivo obrigar as entidades responsáveis pela organização ou realização de vestibulares, seleções, concursos, shows e quaisquer outros eventos que contem com a participação de mais de duas mil pessoas a manter no local uma ambulância e uma equipe de paramédicos aptos a realizar o atendimento de primeiros socorros.

Recebeu parecer favorável com emenda da Comissão de Constituição e Justiça, no dia 20/11/2012, visando suprimir o seu artigo 3º, apontando que a maioria dos Municípios paranaenses não possui ambulâncias equipadas com todos os equipamentos nele exigidos, nem ao menos condições financeiras para equipá-los. Recebeu ainda parecer favorável da Comissão de Saúde Pública, no dia 10/12/2012, e é agora esta Comissão é chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-G do Regimento Interno desta Casa.

No que se refere à análise temática desta Comissão, não encontramos qualquer óbice à aprovação do Projeto de Lei em tela, considerando que tal norma vem no sentido de assegurar o devido

*Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
**Comissão de Educação**




cuidado à saúde dos estudantes paranaense durante a realização de provas ou processos de seleção.


Cabe observar que, nas épocas de realização dos testes, os estudantes se submetem a um grande desgaste físico e psicológico, passando os dias que antecedem as provas estudando, muitas vezes contando com poucas horas de sono e, durante a sua realização, frequentemente permanecem o dia todo nos locais de prova, em certas ocasiões até mesmo por vários dias seguidos.

Diante do exposto, acreditamos que a presente medida é importante para garantir a integridade física e psicológica dos estudantes paranaenses, sendo o parecer desta Comissão **FAVORÁVEL** à continuidade da tramitação do Projeto de Lei, razão pela qual somos pela sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2013.

  
DEPUTADO ADELINO RIBEIRO  
Presidente

  
DEPUTADO ANIBELLI NETO  
Relator

  
Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

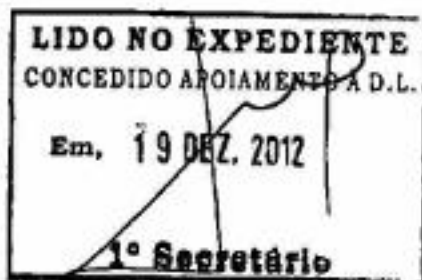


ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

*Centro Legislativo Presidente Aníbal khury*



**PROJETO DE LEI Nº 659/12**



Dispõe sobre o comércio de artigos de conveniência e a prestação de serviços em farmácias e drogarias.

Art. 1º O comércio de artigos de conveniência e a prestação de serviços de interesse do consumidor poderão ser realizados em farmácias e drogarias, com a observância das normas de segurança e higiene expedidas pelo órgão responsável pelo licenciamento.

Parágrafo único. Os artigos de conveniência serão expostos em suas embalagens originais e devidamente lacrados, em balcões, estantes ou gôndolas e separados dos medicamentos.

Art. 2º As lojas de conveniência e drugstores poderão funcionar no mesmo estabelecimento das farmácias e drogarias, desde que as atividades nelas desenvolvidas façam parte do objeto social da sociedade e mediante a expedição, pelo órgão responsável pelo licenciamento, de alvarás sanitários específicos, atendido o disposto no parágrafo único do art. 1.

Art. 3º É proibida a comercialização, em farmácias e drogarias, de bebidas alcoólicas, cigarros e alimentos não industrializados.

Art. 4º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator, no que couber, às penalidades previstas nos artigos 56 a 50 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).





Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de dezembro de 2012.

A handwritten signature in black ink, consisting of two large, stylized capital letters 'A' and 'C' followed by a cursive flourish.

**ALEXANDRE CURI**

**DEPUTADO ESTADUAL**



## **JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Lei visa, que o comércio de artigos de conveniência e a prestação de serviços de interesse do consumidor poderão ser realizados em farmácias e drogarias, com a observância das normas de segurança e higiene expedidas pelo órgão responsável pelo licenciamento.

O projeto permite às farmácias e drogarias a comercialização de artigos de conveniência com a observância das normas de segurança e higiene expedidas pelo órgão responsável pelo licenciamento, bem como fica permitida a prestação de serviços de utilidade pública.

Cabe salientar ainda que, considera-se prestação de serviço de utilidade pública, como sendo o recebimento de contas de água, luz, telefone, boletos bancários, bem como a venda de recarga de telefone e bilhetes de transportes públicos.

Os artigos de conveniência em suas embalagens originais e devidamente lacrados, em prateleiras, estantes ou balcões separados dos utilizados para o comércio e armazenagem de medicamentos.

Sendo assim contamos com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente propositura.



**PODER LEGISLATIVO**  
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



**PARECER**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA,  
sobre o Projeto de Lei n. 659/2012, de  
autoria do Deputado Alexandre Curi que  
*DISPÕE SOBRE O COMÉRCIO DE ARTIGOS DE  
CONVENIÊNCIA E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
EM FARMÁCIAS E DROGARIAS.*

*Relator: DEPUTADO PEDRO LUPION.*

**I-RELATÓRIO**

O projeto de Lei n. 659/2012, de autoria do Deputado Estadual Alexandre Curi, objetiva regulamentar a venda de artigos de conveniência e a prestação de serviços, de interesse do consumidor, nas farmácias e drogarias do Estado do Paraná.

Conforme a justificativa apresentada junto ao Projeto de Lei (PL) em análise, a pretensa legislação possibilitará às farmácias e drogarias a comercialização de



**PODER LEGISLATIVO**  
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



artigos de conveniência, desde que observadas as regras de segurança e higiene expedidas pelo órgão responsável pelo licenciamento. Ainda, restará permitida a prestação de serviços, quando presente o interesse público e a utilidade pública.

Ainda, aduz que as prestações de serviço a que se refere seriam, a exemplo, o recebimento de contas de água, luz, telefone, boletos bancários. Bem como a venda de recarga de telefone e bilhetes de transporte público.

Salienta que os artigos de conveniência deverão ser expostos e vendidos em suas embalagens originais, devidamente lacradas, em prateleiras e estantes ou balcões separados dos utilizados para o comércio e armazenagem de medicamentos.

Por fim, a proposição veda a comercialização, em farmácias e drogarias, de bebidas alcoólicas, cigarros e alimentos não industrializados. (cf. Art. 3º)

Em relação a punição do descumprimento da norma, há a previsão de aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Uma vez proposto o Projeto de Lei o mesmo fora encaminhado a esta Comissão conforme disposto no Regimento Interno desta Casa, cabendo a este Parlamentar a relatoria.

É O RELATÓRIO.



## PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



### II- DO VOTO

A função do controle preventivo dos Projetos de Lei, exercido por esta Comissão<sup>1</sup> é exatamente evitar a introdução ao ordenamento jurídico a norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação. Fala-se, destarte, unanimemente em integridade do ordenamento jurídico e proteção da supremacia da Constituição e da superioridade hierárquica do direito federal em relação ao estadual.

Compete, assim, se pronunciar quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e redação da matéria sob exame, nos termos do que prevê o 33-A, inciso I<sup>2</sup>, do Regimento Interno.

---

<sup>1</sup> A Comissão de Constituição e Justiça cumpre o papel de realizar o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, cuja importância remonta aos princípios basilares do Estado de Direito, pois é através dele que se evitam as arbitrariedades contra os cidadãos e se colocam limites ao poder estatal. Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, V. Pedro LANZA, o qual menciona que: *'O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade'*. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª.Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo:Saraiva, 2012, p. 256)

<sup>2</sup> Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.





## PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Em um primeiro momento, válido mencionar que entendo que a competência outorgada pelo RI desta Casa de Leis a esta comissão, quando determina a análise da constitucionalidade das proposições, o Parlamentar deve analisá-la amplamente, tanto em seus aspectos formais como materiais.

Em linguagem jurídica, ao fazer menção ao aspecto material de determinado fenômeno, está se referindo ao conteúdo, à matéria por este abordada; enquanto ao mencionar um aspecto formal, está se enfocando o mecanismo através do qual este fenômeno teve origem.

A constitucionalidade material<sup>3</sup> é observada quando o conteúdo de um ato jurídico é obedece às disposições da Constituição Federal. A constitucionalidade formal<sup>4</sup>, por sua vez, surge quando na elaboração de um ato verificam-se os procedimentos previstos pela Carta Magna.

Realizadas estas considerações iniciais passo a analisar o juízo de adequação procedimental em relação a

---

<sup>3</sup> Em relação a constitucionalidade formal V. LANZA, Pedro. Op. cit. p.254, o qual menciona que: '[...] o vício material (de conteúdo, substancial ou doutrinário) diz respeito à 'matéria', ao conteúdo do ato normativo. Assim, aquele ato normativo que afronta qualquer preceito ou princípio da Lei Maior deverá ser declarado inconstitucional, por possuir um vício material.'

<sup>4</sup> A inconstitucionalidade em nível formal ocorrerá quando observar-se o oposto disto, podendo incluir não apenas vícios no procedimento em si, mas também vícios de competência, abrangendo normas criadas por pessoas sem legitimidade para legislar em função de óbice imposto pela Constituição Federal. Acerca do assunto V. Alexandrino, Marcelo. Paulo, Vicente. *Resumo de direito constitucional descomplicado*. 2. ed. São Paulo: Método, 2009. p. 300.



**PODER LEGISLATIVO**  
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Constituição Estadual e a Constituição da República, verificando a constitucionalidade formal do presente projeto de Lei.<sup>5</sup>

Da análise do Projeto de Lei em apreço se verifica que versa sobre matéria acerca de consumo e proteção e defesa da saúde, uma vez que visa estabelecer a venda de artigos de conveniências e prestação de Serviços pelas drogarias e farmácias do Estado do Paraná.

Em relação a constitucionalidade material da proposição, não se verifica qualquer óbice a sua regular tramitação perante esta Casa Legislativa, não ferindo qualquer preceito constitucional.

Ao contrário, analisando atentamente a preposição o que se verifica é que essa busca a efetividade do princípio constitucional da Livre Iniciativa, possibilitando a livre circulação de bens e serviços.

O princípio da Livre Iniciativa é considerado como fundamento da ordem econômica e atribui a iniciativa privada o papel primordial na produção ou circulação de bens ou serviços, constituindo a base sobre a qual se constrói a ordem econômica, cabendo ao Estado apenas uma função supletiva, pois a Constituição Federal determina que a ele cabe apenas a exploração

<sup>5</sup> Cf. menciona Pedro LANZA, em relação a constitucionalidade/inconstitucionalidade formal: '[...] a inconstitucionalidade formal propriamente dita decorre da inobservância do devido processo legislativo'. (LANZA, Pedro. Op. cit. p. 252)



## PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



direta da atividade econômica quando necessária a segurança nacional ou relevante interesse econômico (CF, art. 173) <sup>6</sup>.

Ademais, o presente PL vem dar efetividade as Instruções Normativas da ANVISA nº 09/09 e 09/10, conforme inclusa documentação.

Além disso, a Carta Magna da República em seu artigo 196 aduz que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Neste mesmo sentido, determina a Constituição Estadual:

---

<sup>6</sup> Acerca do princípio da livre iniciativa V. SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo, 17ª Edição, São Paulo. Melhoramentos, 2000.p.300



## PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Art. 167. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à prevenção, redução e eliminação de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação.

Importante ressaltar o voto do Ministro Ari Pargendler do Superior Tribunal de Justiça na AgRg na SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA Nº 1.200 DF (2010/0032653-8):

*Sabido que legislações estaduais permitem o comércio de 'artigos de conveniência' em farmácias, listando como tais produtos que não prejudicam a saúde (v.g., filmes fotográficos, isqueiros, água mineral, etc.), [...]*

Em relação a constitucionalidade formal, a matéria insere-se na competência concorrente do Estado, consonante o disposto no artigo 24, inciso V e XII da Constituição Federal<sup>7</sup>.

*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:  
[...]*

---

<sup>7</sup> No mesmo sentido é o artigo 13 da Constituição do Estado do Paraná ao estabelecer que: 'Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:[...] V - produção e consumo; [...] XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;'



## PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



*V - produção e consumo;*

*[...]*

*XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;*

Quanto à legitimidade do proponente, se verifica que nos termos do artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná, qualquer membro da Assembleia Legislativa possui legitimidade para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, não havendo qualquer óbice.<sup>8</sup> No mesmo sentido é o artigo 124<sup>9</sup> do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Em relação a iniciativa legislativa não há qualquer restrição e/ou reserva, revelando-se legítima a apresentação do projeto por parte de Parlamentar.

Quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas

---

<sup>8</sup> Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

<sup>9</sup> Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.





## PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

No entanto, com o objetivo de proporcionar uma melhor técnica legislativa ao presente projeto de lei, propõe-se a seguinte emenda modificativa, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

*Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.*

*§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:*

*III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas.*

Neste mesmo sentido, dispõe o art. 137, §4º do Regimento Interno desta Casa de Leis:

*Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.*

*§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.*

Ante o exposto, me ative exclusivamente à análise da constitucionalidade (material e formal) do Projeto de Lei em apreço, deixando as demais possibilidades e circunstâncias para a análise na Comissão competente.

É O VOTO.



## PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION

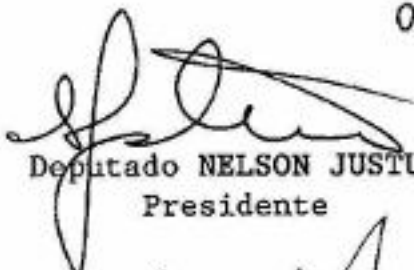


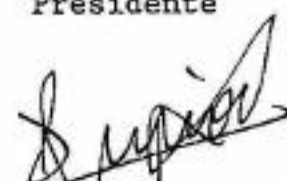
### III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n. 659/2012, de autoria do Deputado Estadual Alexandre Curi, NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO, em virtude de sua CONSTITUCIONALIDADE.

Sala das Comissões, ~~26~~ de fevereiro de 2013.

05 março

  
Deputado NELSON JUSTUS  
Presidente

  
Deputado PEDRO LUPION  
Relator

  
  
  
  
**APROVADO**

unanimemente 03.05.13



## PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



### EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 659/2012

*Autor: DEPUTADO ALEXANDRE CURI.*

*Relator: DEPUTADO PEDRO LUPION.*

De acordo com o que determinam os artigos 137, §4º e 141, inciso II do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, ficam modificadas as redações da Súmula e do art. 1º do Projeto de Lei 659/12, passando a ser assim redigidas:

Súmula: Dispõe sobre o comércio de artigos de conveniência.

Art. 1º. O comércio de artigos de conveniência poderá ser realizado em farmácias e drogarias, com a observância das normas de segurança e higiene expedidas pelo órgão responsável pelo licenciamento.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2013.

05

março

Deputado NELSON JUSTUS  
Presidente

Deputado PEDRO LUPION  
Relator

APROVADO

-N-

03.05.13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury.  
**COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 659/2012**

**Súmula:** Dispõe sobre o comércio de artigos de conveniência e a prestação de serviços em farmácias e drogarias.

Autor: Deputado Alexandre Curi.  
Relator: Deputado Caíto Quintana.

**JUSTIFICATIVA:** projeto permite às farmácias e drogarias a comercialização de artigos de conveniência com a observância das normas de segurança e higiene expedidas pelo órgão responsável pelo licenciamento, bem como fica permitida a prestação de serviços de utilidade pública.

**PARECERES FAVORÁVEIS:** Comissão de Constituição e Justiça.


**CONCLUSÃO:** Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 19 de março de 2013.



**DEPUTADO ANDRÉ BUENO**

**PRESIDENTE DA COMISSÃO**



**CAÍTO QUINTANA**

**RELATOR**





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Defesa do Consumidor



## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 659/2012

**Súmula:** Dispõe sobre o comércio de artigos de conveniência e a prestação de serviços em farmácias e drogarias.

**Autor:** Deputado Alexandre Curi

**Justificativa:** permitir às farmácias e drogarias a comercialização de artigos de conveniência

**Pareceres favoráveis:** Comissão de Constituição e Justiça (Emenda Modificativa) e Comissão de Indústria e Comércio.

### PARECER

Quanto à competência desta Comissão, determinada pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, in verbis:

**"Art.33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor."**

Diante do tema exposto esta Comissão é competente para apreciar e emitir o devido parecer.

A justificativa apresentada pelo proponente do Projeto de Lei diz que, se faz necessária, ante às exigências das normas de segurança e higiene para a sua viabilidade.

Cumprе ressaltar, então, que o mecanismo apresentado pelo Projeto é adequado ao propósito da Lei, que visa regulamentar a venda de produtos de conveniência no âmbito das farmácias e drogarias.

Por todo o exposto, exara-se **PARECER FAVORÁVEL** ao prosseguimento da tramitação do Projeto de Lei.

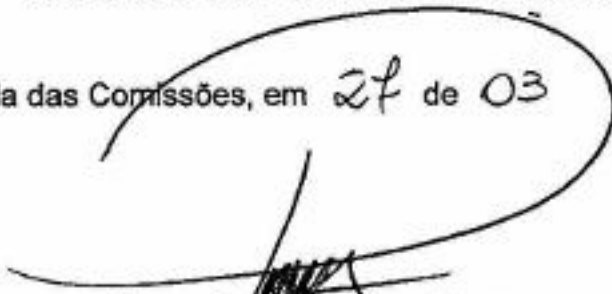


# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná


Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Defesa do Consumidor



Sala das Comissões, em 27 de 03 de 2013.

  
**Deputado Paranhos**  
Presidente

  
**Deputado Nereu Moura**  
Relator

  
\_\_\_\_\_  
DEP. PÉRICLES DE MELO

  
\_\_\_\_\_  
DEP. ANIBELLI NETO



RECEBIDO  
Curitiba, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
GABINETE



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Secretaria de Saúde



Ofício nº 1064/2013/GS

Curitiba, 23 de abril de 2013.

Senhor Deputado,

Em atenção ao Ofício nº 27/13-CS, referente ao Projeto de Lei nº 659/12, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que dispõe sobre o comércio de artigos de conveniência e a prestação de serviços em farmácias e drogarias, encaminhamos em anexo, cópia do Ofício nº 510/2013, enviado à Casa Civil em 25 de fevereiro de 2013, que trata do mesmo assunto.

Na oportunidade renovamos expressões de estima e apreço.

Atenciosamente,

  
Michele Caputo Neto  
Secretário de Estado da Saúde

Excelentíssimo Senhor  
Deputado **DR. BATISTA**  
Presidente da Comissão de Saúde  
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA - PR

GABINETE DO SECRETÁRIO

Rua Piquiri, 170 - Rebouças - 80.230-140 - Curitiba - Paraná - Brasil - Fone: (41) 3330-4400 Fax: 3330-4407  
www.saude.pr.gov.br - gabinete@sesa.pr.gov.br



Ofício nº 0510/2013/GS

Curitiba, 25 de fevereiro de 2013.

Prezado Senhor,

Ao restituirmos o protocolado nº 11.853.626-6, o qual apresenta o Projeto de Lei nº 659/12, referente ao comércio de artigos de conveniência e a prestação de serviços em farmácias e drogarias, temos a informar:

- A Resolução Estadual nº 226 de 15 de abril de 1999 – Publicada em 11 de maio de 1999 (DIOE pag. 31) que “Aprova Norma Técnica que orienta sobre as condições técnicas, físicas e sanitárias necessárias para a abertura, o funcionamento e a dispensação de medicamentos em farmácias ou drogarias instaladas dentro de supermercados, armazéns, empórios, lojas de conveniência e “drugstore”, vem desde então permitindo que farmácias e drogarias comercializem produtos diversos ao especificado na Lei Federal nº 5991/1973;
- Com relação à prestação de serviços de interesse do consumidor que, na justificativa do Projeto de Lei (PL), está informando que se trata do recebimento de contas de água, luz, telefone, boletos bancários, bem como a venda de recarga de telefone e bilhetes de transportes públicos, entendemos que, assim como já ocorre hoje nas lotéricas, haverá um aumento de dinheiro em espécie no caixa, que servirá como chamariz para roubos e assaltos. Considerando que a grande maioria das farmácias e drogarias também comercializam medicamentos controlados do tipo entorpecentes, sugerimos que seja acrescentado ao PL questões obrigatórias ligadas à segurança física e financeira do estabelecimento em função do maior aporte financeiro que ocorrerá nestes locais;
- A proposta do Projeto de Lei nº 659/12, ao nosso entendimento vem legalizar uma prática já existente em nosso Estado, mas que necessita de uma regulamentação, discriminando como se dará a localização dos artigos de convivência, quais os tipos destes artigos, quais das prestações de serviços além das que a farmácia já autoriza a prestar hoje, como se dará a separação entre os medicamentos e os demais produtos, entre outras informações pertinentes;

Excelentíssimo Senhor  
**REINHOLD STEPHANES**  
Secretário Chefe da Casa Civil  
**CURITIBA - PR**




**PARANÁ**

Secretaria da Saúde

- A Resolução Estadual nº 226/1999, acima citada, está sendo revista através da Consulta pública nº 002/2012, assim sugerimos que no texto do PL nº 659/12 seja acrescentado um artigo solicitando a **regulamentação** pela Secretaria de Estado da Saúde que poderá ser realizada na própria norma técnica que é o caso da Consulta Pública 002/2012.

Sem mais, aproveitamos o ensejo para reiterar votos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente,

  
Michele Caputo Neto  
Secretário de Estado da Saúde

**GABINETE DO SECRETÁRIO**

Rua Piquiri, 170 – Rebouças – 80.230-140 – Curitiba – Paraná – Brasil – Fone: (41) 3330-4400 Fax: 3330-4407  
[www.saude.pr.gov.br](http://www.saude.pr.gov.br) - [gabinete@sesa.pr.gov.br](mailto:gabinete@sesa.pr.gov.br)



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

**COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 659/2012**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que dispõe sobre o comércio de artigos de conveniência e a prestação de serviços em farmácias e drogarias.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo que as farmácias e drogarias comercializem os artigos de conveniência com a observância das normas de segurança e higiene expedidas pelo órgão responsável pelo licenciamento, bem como fica permitida a prestação de serviços de utilidade.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei, na forma da Emenda Aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 06 de maio de 2013.

*João Guimarães*  
*Walter Martins*  
**Presidente**  
**DEP. ADEUNO**  
**Relator**  
**DR. BATISTA**  
*Turini*  
*Prof. Leonardo*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury



## EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 659/2012

Acrescenta o artigo 5º e renumera o seguinte:

**Art. 5** O Poder Executivo, através da Secretaria de Saúde, regulamentará a presente Lei”.

**Art. 6** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de maio de 2013:

*João de Guimaraes*  
*Prini*  
**Deputado Estadual**  
**DE. BATISTA**  
*Nelson Wenzel*  
*Prof. Leus*



~~ANEXO~~ PROJETO DE LEI 145/2013

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Maringá.

*A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*decretou e eu sanciono a seguinte lei:*

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Maringá, da Data nº 1, Quadra 21, Zona 7, com área de 6.000,00 m², Transcrição nº 7.475, registrada no 1º Cartório de Registro de Imóveis de Maringá.

**Art. 2º** O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para o serviço público municipal, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

**Art. 3º** O município terá o prazo de 02 (dois) anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o imóvel retornará ao patrimônio do Estado.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 16 de abril de 2013.

  
**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 23 ABR. 2013

1º Secretário



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Nº 028 /2013

Curitiba, 16 de abril de 2013.

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em 23/04/2013

Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Maringá, da Data de terras nº 1, Quadra 21, Zona 7, com área de 6.000,00 m², Transcrição nº 7.475, registrada no 1º Cartório de Registro de Imóveis de Maringá.

A presente proposta consulta plenamente aos interesses públicos eis que, no referido imóvel, o município pretende construir, com urgência, uma Unidade Básica de Saúde que sirva de referência para a população pois, com essa medida, fortalecerá a atenção básica e melhorará o atendimento naquele bairro (Zona 7) e na zona central, pois aquela municipalidade não possui nenhum imóvel adequado para tal.

Por último, vale mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com cláusula de inalienabilidade, que será usado exclusivamente para o serviço público municipal, retornará ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa e que o donatário terá o prazo de 02 (dois) anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio do Estado.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

**CARLOS ALBERTO RICHIA**

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.610.303-6



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 145/2013

Projeto de Lei nº 145/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 28/2013

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação do imóvel que especifica, ao Município de Maringá.

**EMENTA:** DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE MARINGÁ. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

### PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 28/2013, visa efetuar a Doação, ao Município de Maringá, da Data nº1, Quadra 21, Zona 7, com área de 6.000,00m², Transcrição nº 7.475, registrada no 1º Cartório de Registro de Imóveis de Maringá, de propriedade do Estado do Paraná.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



## FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

### **Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

**Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.**

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

**Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:**

**I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



(...)

**b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas *f*, *h* e *i*; (Redação dada pela Lei nº 11.952, de 2009)**

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se a presente da cláusula de inalienabilidade, possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme § 1º da referida Lei:

**§ 1º Os imóveis doados com base na alínea "b" do inciso I deste artigo, cessadas as razões que justificaram a sua doação, reverterão ao patrimônio da pessoa jurídica doadora, vedada a sua alienação pelo beneficiário.**

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

## CONCLUSÃO



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury


*Comissão de Constituição e Justiça*




Diante do exposto, pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 30 de abril de 2013.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO BERNARDO RIBAS CARLI  
RELATOR

  
  
APROVADO

30.04.13 





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Diretoria de Assistência ao Plenário*



**REQUERIMENTO**



Requer Regime de  
Urgência para discussão e  
votação o Projeto de Lei nº.  
145/13.

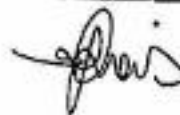
Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, **REQUER**, após ouvido o Soberano Plenário **REGIME DE URGÊNCIA** para discussão e votação do Projeto de Lei nº. 145/2013, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Maringá.

Sala das Sessões, 24 de abril de 2013.

  
**Dr. Batista**  
**Deputado Estadual**

Anote-se e encaminhe-  
se para Providências  
em 23/4/13



14142 24/04/2013 083514 NP RESOLUÇÃO LEGISLATIVA DO PARANÁ



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**  
Presidente: Deputado Francisco Bührer; Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro  
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato; Deputado Tércio Turini.



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 145/2013**

Projeto de Lei nº 145/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 028/2013

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Maringá.

**I – PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei 145/2013, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem 028/2013, objetiva efetuar a cessão de uso de imóvel, ao Município de Maringá no Estado do Paraná, da área constituída de 6.000,00m<sup>2</sup>, contendo edificações conforme descrito na Transcrição nº 7.475 do 1º Cartório de registro de Imóveis de Maringá –PR.

**II – RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 145/2013, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Maringá no Estado do Paraná, com a doação de um imóvel destinado exclusivamente ao Serviço Público Municipal. A área acima descrita será utilizada especificamente para a construção imediata de uma Unidade Básica de Saúde, um trabalho que fortalecerá a atenção básica e o crescimento regional, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade social já executada.

Cumpra a nós destacar que “Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos”, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação*

Presidente: Deputado Francisco Bührer; Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro  
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Terezo Kato; Deputado Tercílio Turini.



Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O **Projeto de Lei 145/2013** em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 028/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado; (...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando claro que sua destinação será de uso exclusivo ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

### III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: "*A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal*". (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 145/2013**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto, restando grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro  
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato; Deputado Tercílio Turini.




#### IV – VOTO DO RELATOR


Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Maringá, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 145/2013, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.  
Sala das Comissões em 06 de maio de 2013.*

  
**FRANCISCO BUHRER**

*Presidente da Comissão*

  
**TERCÍLIO TURINI**

*Relator*